

Título do Projeto:	Promoção do desenvolvimento rural sustentável na região Nordeste do Rio Grande do Sul: extrativismo, saberes e fazeres locais e conservação ambiental.
Coordenador do Projeto:	Lovois de Andrade Miguel Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) Av. João Pessoa, 31 - Sala 301 Centro 90040000 - Porto Alegre, RS - Brasil Telefone: (51) 33083446 Fax: (51) 33083281 E-mail: lovois@ufrgs.br
Instituição executora:	DESMA/ PGDR (Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) Departamento de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas Universidade Federal do Rio Grande do Sul Av. João Pessoa, 31, 90040-000, Porto Alegre-RS
Instituição (ões) Colaboradora (s):	Centro de Pesquisa FEPAGRO Litoral Norte - Unidade Maquiné ONG Ação Nascente Maquiné (ANAMA) Centro de Pesquisas e Conservação da Natureza Pró-Mata/PUCRS e a Floresta Nacional de São Francisco de Paula (FLONA – SFP)

1. Introdução:

A encosta atlântica do planalto sul-brasileiro no Rio Grande do Sul é habitada majoritariamente por agricultores(as) familiares, em cujas propriedades encontram-se os mais exuberantes remanescentes florestais do Estado. Esta vegetação representa o alcance meridional da Floresta Ombrófila Densa, a Mata Atlântica *stricto sensu*. A relevância ecológica da região reflete em uma série de Unidades de Conservação (UCs) implementadas, entre as quais podem-se destacar a Reserva Biológica Estadual da Serra Geral (RBSG), que abriga mais de 70 nascentes de tributários do Rio Maquiné. Cabe lembrar que a Mata Atlântica é um dos ecossistemas brasileiros de maior biodiversidade (Costa, 2002), reconhecida internacionalmente, no âmbito científico como um dos 25 'hot spots' (áreas prioritárias) para a conservação da biodiversidade (Myers, 1988; Myers et al. 2000), e no âmbito político como a primeira Reserva da Biosfera brasileira pela UNESCO. Nela, verificou-se um alto grau de desmatamentos em decorrência de ciclos econômicos agrícolas (cana-de-açúcar e café, entre outros) implantados em grandes áreas, e a ocupação histórica através da construção de vilas e cidades que acompanharam o litoral (Dean, 1996, IBAMA, 1997). Atualmente

é onde se encontram cerca de 60% da população brasileira e 70% do PIB nacional é produzido (CI-Brasil et al., 2000). Hoje restam menos de 5% desta cobertura original cujos remanescentes florestais são pequenos e fragmentados (Consórcio Mata Atlântica, 1992).

Decorrente destes fatos e de todo um contexto favorável à preservação ambiental observa-se um processo de cerceamento e vigilância a população local representado, sobretudo pelos termos da legislação ambiental. As áreas de preservação permanente já na década de 60 eram protegidas por leis específicas (em especial a Lei Federal 4.771/65, a qual prevê que a mata ciliar, a vegetação em topos de morros ou fixadoras de dunas na região de restinga, não podem ser exploradas). A Constituição de 1988 passou a considerar a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional, condicionando sua utilização a critérios bastante controlados (art. 225, parágrafo 4º) (BRASIL, 1988). O Decreto Federal nº 750/93, que regulamenta este dispositivo constitucional, condiciona o uso deste patrimônio à apreciação do IBAMA quando a mata for primária, em estágio avançado ou médio de regeneração e somente para obras de interesse público e social (Marcuzzo *et al*, 1998). Este contexto tem gerado situações de conflito principalmente envolvendo os moradores destas áreas e como consequência deste processo, verificam-se propostas e políticas públicas que buscam um caminho conciliatório entre preservação e uso. Tal idéia já era preconizada no início da década de 70, com a própria proposição da categoria de Reserva da Biosfera, o qual os objetivos fundamentais giravam e, torno da conservação da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e geração de conhecimento. A legislação mais recente começa a absorver tal ideário como, por exemplo, a Lei da Mata atlântica que prevê situações de uso da terra.

No RS, Estado onde os remanescentes florestais cobrem cerca de 5,9% da área total, a área tombada pela RBMA e seus ecossistemas associados abrange uma superfície de 29.319 km², totalizando 10% do território do Estado (Marcuzzo et al 1998).

Do mesmo modo que em todo o Brasil, as regiões de Mata Atlântica do RS tem sido o palco de conflitos de conotação ambiental. O que tem se verificado nestas regiões com predomínio de agricultores é a emergência do extrativismo como importante fonte de renda para estas populações. O extrativismo envolve uma parcela considerável da população local, seja na coleta, na transformação ou na comercialização destes produtos florestais e integra de longa data os sistemas produtivos locais. Intensificou-se a partir dos anos 70, envolvendo um número crescente de famílias inviabilizadas de cultivarem suas terras, seja pelas restrições da legislação ambiental, seja pela disponibilidade restrita de áreas de cultivo ou ainda pelo êxodo de grande parte dos jovens do meio rural (ANAMA/ PGDR-UFRGS, 2000). Cabe ressaltar que esta legislação, ao proporcionar medidas que assegurem a preservação ambiental, dificulta à população local a reprodução social no meio rural. Esta situação

tem acelerado o processo de empobrecimento destes, acarretando a intensificação da migração campo-cidade e determinando o esvaziamento do meio rural (Gerhardt *et al*, 2003).

A complexa problemática vivenciada pelos agricultores familiares extrativistas da região de Encosta Atlântica do Estado do RS engendrou, nos últimos anos, uma série de estudos e pesquisas tanto de cunho acadêmico como de cunho técnico por parte dos poderes públicos, universidades ONG's. Entre estes se inclui o DESMA (Núcleo de estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata atlântica) que em parceria com a ONG Ação Nascente Maquiné (ANAMA), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), Núcleo de Pesquisas em Florestas Tropicais (NPFT/ UFSC) vêm desenvolvendo pesquisas centradas na samambaia-preta e outros produtos florestais não-madeiráveis (PFMN) em área de Mata Atlântica do RS desde 2000. O grupo vem difundindo nas diferentes instâncias consultivas e deliberativas a problemática do extrativismo vegetal em área de Mata Atlântica para o Estado do RS. Baseado em estudos executados por pesquisadores do grupo, que contou com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e da Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado do RS, foi possível obter dados referentes à sustentabilidade da atividade extrativista da samambaia-preta que atentou não somente para os quesitos biológicos e ecológicos, mais também dados sócio-culturais. A discussão estabelecida sobre o extrativismo da espécie *Rumohra adiantiformis* (G. Forest) Ching, popularmente conhecida como samambaia-preta ou samambaia-silvestre, é a primeira experiência no Estado, de diálogo entre o órgão licenciador (em nível estadual), Ong, Universidade e extrativistas e tomado como uma referência de modelo de protocolo para o licenciamento de produtos não madeiráveis no Estado (Rio Grande do Sul, 2006). A partir do aprofundamento desta problemática específica, centrada na samambaia-preta, foram levantadas outras espécies oriundas de extrativismo que, do mesmo modo que a samambaia carece de maiores dados e subsídios para seu debate.

Uma análise deste contexto mostrou que do ponto de vista econômico e das problemáticas ecológicas, a agricultura nos moldes tradicionais conforme executada por esta população, se apresentava inadequada, seja por lançar mão de práticas proibidas por lei, como a queimada, que colocavam os agricultores sob uma tensão constante diante da possibilidade de a qualquer momento serem surpreendidos por algum fiscalizador, mas principalmente porque não mais supria as necessidades para a reprodução social destes grupos. A própria instauração da atividade extrativista visibilizava esta situação, uma vez que para as representações locais constituía-se numa atividade bastante diferenciada da praticada anteriormente por seus antepassados, ou seja, representa um índice da mudança dos tempos. Tomado como índice de mudança de um tempo, do ponto de vista produtivo coloca claramente a inflexão de um sistema produtivo baseado na agricultura para o reconhecimento da necessidade de lançar mão de outras estratégias - neste caso o extrativismo –

pois, em parte, afetado pelo estatuto de área de preservação, a intervenção direta sobre a vegetação passou a ser progressivamente cerceada. Em termos da história do RS, tratando-se de um Estado identificado com a agricultura e a pecuária, o reconhecimento do extrativismo como atividade, do ponto de vista das representações, rompe com um olhar tradicional hegemônico e sob os auspícios dos grupos conservacionistas (cujo RS tem grande tradição de lutas), constituía-se no mínimo em alvo de grande desconfiança, uma vez que se trata de uma atividade caracterizada pela retirada dos recursos naturais da natureza. No entanto, uma análise da história do RS, coloca que estes grupos, hoje identificados como agricultores familiares, sempre lançaram mão de estratégias diversificadas, onde o extrativismo sempre se fez presente (ex. erva-mate, pinhão e mais recentemente o palmito). A problemática em torno da samambaia-preta lembra-nos assim deste aspecto, e permite também, baseada nesta experiência, colocar que nesta relação extrativista, centrada em recursos naturais, possa haver alguns elementos que ajudem a resolver parte dos dilemas socioeconômicos em que se encontram estas populações.

Ainda baseado na experiência da samambaia, compreendemos que para a região, seria insuficiente trabalhar apenas centrado numa atividade (no caso, o extrativismo de uma espécie), visto que embora sustentável nos moldes até então apresentados, como todo recurso natural a ser explorado, tem seu limite. Os estudos sobre o manejo da espécie, identificando e testando formas de manejo da espécie que poderiam propiciar a continuidade da atividade, buscavam suprir parte desta preocupação, mas diante das pesquisas e da avaliação dos próprios agricultores mostrava-se insuficiente. Uma das razões para isto residia nas características biológicas da espécie, sendo pioneira, portanto dominante em estádios iniciais da regeneração da vegetação e que com o avanço desta, tendia a diminuir e quase desaparecer.

Assim, para uma proposta localmente sustentável precisávamos abordar a paisagem em seu contexto amplo, pois todo o debate e tentativa de legalizar a atividade extrativista da samambaia trouxeram a certeza de que se trata apenas de uma parcela de uma problemática mais ampla. Não bastava, portanto legalizar a extração da espécie, pois persistiriam problemas relacionados aos conflitos relacionados a diferentes olhares sobre a vegetação e conservação, além de não resolver a problema econômico local. Isto porque, apesar da samambaia ser uma atividade importante, não supria as deficiências econômicas da região. Tratava-se de buscar alternativas econômicas, visualizando não apenas o recurso em si, mas a paisagem como um todo, atento às formas de intervenção das pessoas em relação a este ambiente (que em última instância moldam esta paisagem). Desta forma, de uma abordagem centrada em uma espécie e atividade a ela associada, passamos a operar com o conceito de paisagem ancorado nos pressupostos da Antropologia e Etnobiologia e Etnoecologia enquanto reconhecimento de perspectivas de intervenção no mundo

(mais especificamente no ambiente) diferenciadas culturalmente, mas que vislumbra a possibilidade de alcançar um horizonte comum e enquanto metodologia de intervenção, a indissociabilidade entre pesquisa e extensão.

De uma forma geral, verificou-se que os agricultores familiares extrativistas das áreas de encosta da Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana vivem do extrativismo da samambaia como principal alternativa de renda (Suárez, 2007), enquanto que agricultores familiares do planalto (Floresta Ombrófila Mista), praticam o extrativismo do pinhão (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze). Além disso, mais de um terço dos agricultores familiares desenvolvem atividades estreitamente relacionadas à extração de recursos naturais locais, sobretudo *Euterpe edulis* Mart., epífitas e lianas (Anama/PGDR-UFRGS, 2003). Já nas áreas costeiras verifica-se o uso de macrófitas aquáticas para confecção de artesanato (Bassi, 2007).

Decorrente deste quadro, as atividades atuais têm buscado resgatar, avaliar e difundir alternativas produtivas sustentáveis para agricultores familiares tradicionais da Encosta Atlântica do Estado do RS, focalizados na samambaia-preta, fibras vegetais nativas para artesanato e palmito juçara, além de buscarmos a mediação com grupos que possam contribuir na capacitação dos agricultores com questões relacionadas a mercado e organização coletiva. Estas atividades compreendem a realização de pesquisa científica, realização de oficinas, cursos de capacitação, palestras sobre alguma atividade produtiva ou sobre aspectos legais relacionados a estas, elaboração de cartilhas informativas, mediação entre comunidade local e órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, entre agricultores e mercados potenciais, participação em fóruns representativos locais, entre outras.

A problematização e todas as movimentações em torno do extrativismo em área de Mata Atlântica do RS referem-se às dinâmicas sociais das sociedades contemporâneas caracterizadas pelas relações complexas e dinâmicas, envolvendo temas como a tradição, modernidade e desenvolvimento rural, as relações homem-natureza e a emergência de uma problemática ambiental e da sustentabilidade em termos abrangentes (não apenas circunscrita à esfera de especialistas das ciências biológicas e ambientalistas). Nestes termos, a trajetória de trabalho de nosso grupo tensiona questões relacionadas às inquietações sobre os rumos da sociedade moderno-contemporânea.

Entre os temas tensionados insere-se o debate em torno das populações tradicionais ou locais que vivem nestas áreas de alta biodiversidade. Inicialmente calcado pelo paradigma do mito moderno da natureza intocada (Diegues, 1996), verifica-se também que neste contexto, uma inflexão no sentido de gradativamente incluírem-se estas populações dentro das propostas de gestão destas áreas visadas pelas ações conservacionistas, baseado na premissa de que tratam-se de grupos que ao longo do tempo desenvolveram uma relação sustentável com seu meio, uma vez que dependem dele

e que até o presente momento mantém-se nestas áreas com alta biodiversidade. Este processo ilustra uma tendência dos movimentos conservacionistas de buscarem na “tradição”, mais especificamente no tradicional como experiência de relação com o meio, a solução para os problemas gerados pelos desdobramentos dos avanços veiculados pela modernidade, principalmente sua matriz tecnológica (Leff, 2000).

No caso em questão, cujo desfecho foi a normatização da atividade extrativista (RIO GRANDE DO SUL, 2006), podemos visualizar o reconhecimento da legitimidade de um saber tradicional frente ao problema da sustentabilidade ambiental. Neste sentido, caracteriza-se num primeiro aceno por parte dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental para a busca de alguns consensos. No entanto, uma das conclusões advindas da experiência em torno da problemática da samambaia é que para a resolução dos problemas destes atores, não se restringia à resolução da questão legal.

A partir desta situação, pode-se vislumbrar a complexidade que envolve temas relacionados a sustentabilidade ambiental, onde inúmeros questionamentos podem ser lançados. Assim, neste quadro da emergência destas populações locais organizadas, imersos no processo de globalização e envolvidos pelo ideário ecológico-ambientalista surgem questionamentos quanto a possibilidade do “tradicional” - como uma forma de relação com o meio – servir de base para o manejo dos ecossistemas locais. Da mesma forma, sobrevêm questões em torno dos limites de tais propostas e sobretudo, qual deve ser o nível de intervenção técnica e científica nesses contextos de transformações rápidas e de forte pressão de mercado.

Embalados por tais questionamentos, no presente projeto, propomos a continuidade das ações que vem sendo desenvolvidas em área de Mata Atlântica do RS objetivando a busca de um desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, propomos congregarmos a pesquisa científica e a extensão universitária, a partir de três subprojetos com perspectivas diferenciadas em sua temática e abordagens, mas que em seu conjunto constituem-se em ações complementares visando resgatar, valorizar, validar e difundir alternativas produtivas sustentáveis para agricultores familiares tradicionais da Encosta Atlântica do Estado do RS. Os subprojetos centram-se: a) potencialização da cadeia produtiva e uso local dos frutos de palmeira juçara, b) descrição e compreensão aprofundada da cadeia produtiva e dos conhecimentos ecológicos locais relacionados ao pinhão (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze), junco (*Schoenoplectus californicus* (C. A Meyer) Soják), taboa (*Typha domingensis* Pers.) e lianas, c) fomento a manutenção e valorização de saberes e práticas tradicionais relacionados à agricultura, alimentação e artesanato de comunidades locais do litoral norte do Rio Grande do Sul.

2. Objetivos:

2.1. Sub-projeto “palmeira juçara”: potencialização da cadeia produtiva e uso local dos frutos de palmeira juçara

- Contribuir para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos frutos da palmeira juçara com a perspectiva produção de polpa e sementes em manejo sustentável visando a geração de renda e diversificação das unidades produtivas familiares, a segurança alimentar das famílias rurais e a conservação da espécie;
- Promover uma produção intensiva de palmeira juçara em viveiros de agricultores familiares da bacia hidrográfica do Rio Maquiné visando a geração de renda para viveiristas, o suprimento da demanda de mudas para a implantação de sistemas agroflorestais na região e o repovoamento de áreas onde a espécie está vulnerável ou extinta.

2.2. Sub-projeto “cadeia produtiva de fibras vegetais e pinhão”: descrição e compreensão aprofundada da cadeia produtiva e dos conhecimentos ecológicos locais relacionados a fibras vegetais e pinhão

- Elucidar e levantar dados referentes aos aspectos produtivos, as formas de manejo, conhecimentos ecológicos tradicionais envolvidos no processo de coleta, manufatura e comercialização e a relação com a legislação ambiental das espécies: pinhão (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze), junco (*Schoenoplectus californicus* (C. A Meyer) Soják), taboa (*Typha domingensis* Pers.) e lianas em área de Mata Atlântica do RS com vistas a compreender a inserção das atividades extrativistas destes produtos em área de Mata Atlântica no RS;
- Identificar os elos e atores sociais envolvidos na cadeia produtiva do pinhão (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze), junco (*Schoenoplectus californicus* (C. A Meyer) Soják), taboa (*Typha domingensis* Pers.) e lianas suas inserções nos diferentes mercados e setores compreendidos em área de Mata Atlântica no RS.
- Disponibilizar e difundir os dados gerados relativos aos aspectos socioeconômicos e ecológicos, de modo a fortalecer empreendimentos da área de abrangência do projeto.

2.3. Sub-projeto “valorização de saberes e fazeres locais”: manutenção e valorização de saberes e práticas tradicionais relacionados à agricultura, alimentação e artesanato de comunidades locais do litoral norte do Rio Grande do Sul

- Fomentar a manutenção de saberes e práticas tradicionais relacionados à agricultura, alimentação e artesanato de comunidades locais do litoral norte do Rio Grande do Sul, através da divulgação e valorização de produtos tradicionais registrados em trabalhos anteriores (RAMOS, 2007; KUBO,

2006; COELHO DE SOUZA, 2003), como a farinha de milho cunha, diferentes tubérculos, a coalhada, a puína, artesanato com fibras vegetais e instrumentos musicais confeccionados artesanalmente.

- Capacitar a equipe técnica das entidades participantes do projeto bem como da comunidade local para o registro de material áudio-visual e manipulação de material áudio-visual.

3. Metas:

3.1. Metas referentes ao sub-projeto “Palmeira juçara”

- a) Promover processo de licenciamento-piloto de três propriedades para o manejo sustentável dos frutos da palmeira juçara para obtenção de polpa e sementes;
- b) Capacitar 16 agricultores(as) familiares para o manejo dos frutos e produção da polpa da palmeira juçara;
- c) Orientar plantios certificados da palmeira juçara em três propriedades de agricultores(as) familiares, como forma de diversificação da unidade produtiva e promoção de sistemas agroflorestais.
- d) Implantar duas áreas demonstrativas de sistemas agroflorestais com juçara na FEPAGRO – Maquiné.
- e) Mapear áreas de matrizes para coleta certificada de sementes da palmeira juçara na bacia hidrográfica do Rio Maquiné.
- f) Qualificar a produção de mudas com amparo técnico e legal em 5 viveiros de agricultores(as) familiares da bacia hidrográfica do Rio Maquiné e região com ênfase em espécies nativas de interesse agroflorestal, sobretudo a palmeira juçara.
- g) Divulgar o produto polpa da juçara em escolas do município de Maquiné e eventos locais com vistas à segurança alimentar.

3.2. Metas referentes ao sub-projeto “Cadeia produtiva de fibras vegetais e pinhão”

- a) Descrever e estudar os aspectos produtivos, as formas de manejo, conhecimentos ecológicos tradicionais envolvidos no processo de coleta, manufatura e comercialização bem como a relação com a legislação ambiental do pinhão (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze), junco (*Schoenoplectus californicus* (C. A Meyer) Soják), taboa (*Typha domingensis* Pers.) em área de Mata Atlântica do RS;
- b) Descrever e analisar os atores sociais, grupos e as redes de relações que intervêm na cadeia produtiva do pinhão (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze), junco (*Schoenoplectus*

californicus (C. A Meyer) Soják), taboa (*Typha domingensis* Pers.) e lianas e suas inserções nos diferentes mercados e setores compreendidos em área de Mata Atlântica no RS;

- c) Elucidar as principais rotas comerciais apontando as características econômicas dos produtos e dos agentes;
- d) Disponibilizar e difundir os dados gerados relativos aos aspectos socioeconômicos e ecológicos, de modo a fortalecer empreendimentos da área de abrangência do projeto.

3.3. Metas referentes ao sub-projeto “valorização de saberes e fazeres locais”

- a) Realizar um curso de capacitação em técnicas audiovisuais para 20 pessoas;
- b) Realizar 20 entrevistas semi-estruturadas e observação participante para descrição do modo de vida local e registro dos saberes e fazeres locais;
- c) Realizar um curso de formação para professores dos municípios locais sobre a temática do patrimônio cultural imaterial;
- d) Realizar quatro oficinas para crianças/ jovens sobre os saberes e fazeres locais;
- e) Realizar três oficinas de artesanato;
- f) Realizar o plantio, acompanhamento do cultivo e colheita do milho tipo “cunha”;
- g) Realizar um vídeo sobre o patrimônio imaterial local;
- h) Organizar e catalogar do material audiovisual colhido/ levantado.

3.4. Metas gerais

- a) realizar encontros mensais da equipe;
- b) Organizar uma exposição para encerramento das atividades, com divulgação dos resultados.

4. Indicadores de avaliação do progresso técnico-científico do projeto:

Indicadores qualitativos:

- Avaliação das atividades ao final das atividades (memória descritiva): lançando mão de dinâmicas e ferramentas sugeridas por metodologias participativas, adaptados ao público alvo das atividades
- Avaliação das atividades nas reuniões de mensais (baseado nas memórias descritivas das atividades)

Indicadores quantitativos:

- Realização das atividades propostas (número de atividades propostas x realização)
- Obtenção dos produtos esperados (disponibilização dos produtos previstos)
- Relatório parcial anual com o andamento das atividades

Quadro geral com os produtos ou resultados esperados para serem utilizados como parâmetro de avaliação

Meta/ atividade	Resultados esperados
Promover processo de licenciamento-piloto de três propriedades para o manejo sustentável dos frutos da palmeira juçara para obtenção de polpa e sementes;	- diálogo com órgãos ambientais e obtenção de licença experimental para as áreas-piloto até outubro de 2008 (antes da safra); - suprimento da demanda de polpa para atividades de divulgação;
Capacitar 16 agricultores(as) familiares para o manejo dos frutos e produção da polpa da palmeira juçara;	- capacitação de oito agricultores na safra 2008;
Orientar plantios certificados da palmeira juçara em três propriedades de agricultores(as) familiares, como forma de diversificação da unidade produtiva e promoção de sistemas agroflorestais.	- plantios em três propriedades após safra 2008;
Implantar duas áreas demonstrativas de sistemas agroflorestais com juçara na FEPAGRO – Maquiné.	- implantação das unidades demonstrativas após safra 2008; - revisão e reimpressão de cartilha antes da safra 2008;- - distribuição da polpa em escola, preferencialmente durante a safra 2008
Mapear áreas de matrizes para coleta certificada de sementes da palmeira juçara na bacia hidrográfica do Rio Maquiné	- populações de <i>E. edulis</i> do entorno da RBSG georreferenciadas até janeiro de 2009.
Qualificar a produção de mudas com amparo técnico e legal em 5 viveiros de agricultores(as) familiares da bacia hidrográfica do Rio Maquiné e região com ênfase em espécies nativas de interesse agroflorestal, sobretudo a palmeira juçara.	- visitas técnicas a quatro viveiros antes da safra; - suprir com 12 mil sementes estes quatro viveiros após a safra (3 mil por viveiro);
Realizar estudos de cadeia produtiva pinhão, junco, taboa e lianas	- Realização de entrevista, - publicação científica com dados da pesquisa, - cartilha contendo dados da pesquisa
Realizar estudos etnoecológicos do pinhão, junco, taboa e lianas	- Realização de entrevista, - publicação científica com dados da pesquisa, - cartilha contendo dados da pesquisa
Realização de capacitação em técnicas audiovisuais	- 20 pessoas capacitadas para captação em áudio e vídeo das atividades do projeto
Realizar entrevistas semi-estruturadas e observação participante para descrição do modo de vida local e registro dos saberes e fazeres locais	- 20 pessoas entrevistadas
Realizar um curso de formação para professores dos municípios locais sobre a temática do patrimônio cultural imaterial	- 30 professores/ servidores de escolas capacitado na temática do patrimônio imaterial local

Realização de oficinas para crianças/ jovens	- 120 alunos envolvidos com atividades ligadas ao patrimônio imaterial local
Realização de oficinas de artesanato	- 20 pessoas aptas ao desenvolvimento de algumas técnicas tradicionais de trançagem a partir de fibras vegetais
Realização do plantio, acompanhamento do cultivo e colheita do milho tipo “cunha”	- obtenção de farinha de milho e sementes de milho - documentação do processo na forma de vídeo
Realização de um vídeo sobre o patrimônio imaterial local	- captura em vídeo de 30 horas de atividades do projeto - edição de um vídeo - tiragem de 100 cópias em DVD
Organização e catalogação do material colhido	- tiragem de 50 cópias em meio digital - tiragem de 30 cópias impressas
Realização de encontros mensais da equipe	- participação da equipe nas reuniões - confecção de um relatório final - redação de seis artigos científicos - apresentação do trabalho em evento científico
Exposição para encerramento das atividades, com divulgação dos resultados	- visitação por 100 pessoas

5. Justificativas para a realização do projeto:

O projeto aqui proposto constitui-se numa das muitas ações dentro de um programa mais extenso do Núcleo DESMA e dos parceiros proponentes do projeto que vem trabalhando na perspectiva de desenvolvimento que alie a conservação das áreas de Mata Atlântica com o bem-estar das comunidades que vivem em interação com estes ambientes. Trata-se de áreas com uma grande beleza paisagística, grande biodiversidade e, portanto, prioritárias para as estratégias de conservação. Neste contexto, a legislação ambiental atualmente restringe as possibilidades de uso das áreas da encosta dos vales pela população local, tanto pelo fato das propriedades compreenderem majoritariamente Áreas de Preservação Permanente, quanto por muitas destas estarem inseridas na zona de amortecimento de Unidades de Conservação.

Além disso, esta população, representada por pequenos(as) agricultores(as) familiares, vive um processo de exclusão da matriz produtiva, pela impossibilidade de se implementar uma agricultura mecanizada em suas propriedades. A falta de acesso a alternativas viáveis de produção neste contexto põe em risco própria reprodução social destes grupos.

Nesse sentido a conservação ambiental, a melhoria das condições de trabalho e a geração de trabalho e renda nestas áreas podem ser incrementadas através do desenvolvimento de novos arranjos produtivos e de sistemas de cultivo e manejo apropriados ao contexto sócio-ambiental da região. A possibilidade de desenvolvimento sustentável desta região dependerá da geração de alternativas concretas, construídas a partir do diálogo com a população e o respeito ao saber local.

Neste sentido, a contribuição de experiências já realizadas e a sua interlocução através dos técnicos podem promover e catalisar o desenvolvimento destas alternativas.

Atualmente, trabalhos realizados dentro do âmbito do projeto “Capacitação de comunidades tradicionais e de agricultores familiares dos Municípios da Encosta Atlântica da Microrregião de Osório (RS) para o manejo da biodiversidade e promoção da agricultura familiar sustentável”, proposto pela ong ANAMA em parceria com outras instituições proponentes deste projeto (PGDR/UFRSG, DESMA e FEPAGRO) e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assim como as atividades que vem sendo desenvolvida pelo projeto “PDA/Desenvolvimento Ecoturístico do município de Maquiné”, financiado por um convênio do Ministério do Meio-Ambiente com a agência alemã KfW, têm fortalecido relações e redes locais e regionais. Agricultores, agricultoras, artesãs, jovens, crianças, professores e comunidade escolar têm participado das oficinas, cursos e saídas de campo e de intercâmbio proporcionadas por estes projetos. Há cerca de 400 beneficiários destes projetos, dentre eles muitas famílias de agricultores de encosta, pescadores artesanais, extrativistas/ artesãos.

Nesse processo, observa-se a criação e o fortalecimento de conselhos municipais, como o Conselho Municipal de Turismo e o Conselho de Alimentação Escolar, respectivamente. Aumenta também a articulação com trabalhos sociais realizados no município relacionados à questão da segurança alimentar e nutricional, como a Pastoral da Criança. Quatro famílias interessadas experimentam ou recebem incentivo para a continuidade de técnicas de manejo agroecológico em suas propriedades localizadas na região. Jovens locais concluem estágio proporcionado pelo projeto acima citado junto à estação de pesquisa da FEPAGRO Litoral Norte.

Todos esses são avanços concretos dos trabalhos descritos, que todavia ainda constituem o início do processo do que pode vir a ser um desenvolvimento territorial pautado na valorização das tradições locais, na dignificação das comunidades rurais e na conservação da Mata Atlântica a partir de relações de uso sustentáveis. A continuidade dos trabalhos é fundamental para a consolidação de alternativas de desenvolvimento local em processo, como a produção de açaí a partir dos frutos da palmeira juçara, o artesanato em fibras vegetais e as potencialidades vinculadas ao registro e reconhecimento do patrimônio imaterial regional, através, por exemplo, dos mecanismos de salvaguarda e do turismo.

5.1. Justificativa para o sub-projeto “Palmito juçara”

A proposta dos sistemas agroflorestais proporciona muitas possibilidades de adaptação e construção a partir do saber e das condições ambientais locais. Estes sistemas de produção aparecem como alternativa para as áreas de encosta com restrições de uso do solo, uma vez que se

caracterizam como atividades de baixo impacto ambiental que contribuem para a conservação da biodiversidade local além de promover autonomia e segurança alimentar, geração de renda e melhoria das condições de bem estar e de trabalho das famílias.

Dentre as espécies nativas na região de encosta atlântica do Rio Grande do Sul, a palmeira juçara (*Euterpe edulis*) aparece como a principal alternativa para o desenvolvimento e consolidação de sistemas agroflorestais. No entanto, a palmeira é tradicionalmente visada para a extração do palmito na forma de conserva. Esta exploração, predatória e desordenada, compromete a preservação da espécie. O abate de juçara para palmito apresenta ainda um índice bastante representativo na região (Brack *et al.*, 2000). Atinge tanto as populações naturais quanto os plantios em unidades de produção, motivando conflitos sócio-ambientais, pois como atividade ilegal coloca o extrativista em situação de marginalidade. Neste sentido, uma das formas de contribuir para a viabilização da conservação da espécie e conseqüente incorporação a propostas de implantação de sistemas agroflorestais necessita de uma mudança no enfoque do produto, do palmito enquanto conserva para a polpa dos frutos.

A extração dos frutos para polpa é uma prática sustentável por não implicar na morte da planta, viabilizar a manutenção de florestas e também por apresentar como subproduto as sementes, que podem ser destinadas à reposição dos estoques naturais¹.

A polpa da juçara oriunda de sistemas agroflorestais agregaria outros valores não comuns na economia de mercado convencional, apresentando-se associado a processos de inclusão social, valorização cultural, reposição dos estoques de *E. edulis*, conservação e recuperação de nascentes e matas ciliares e a recomposição e conservação de florestas no bioma Mata Atlântica.

Em relação à geração de renda para o(a) agricultor(a) familiar, a utilização dos frutos oferece melhores perspectivas em comparação ao palmito. Uma planta produz uma média de 3 kg de frutos (Reis *et al.*, 1994) que podem ser convertidos em 1,5 litros de polpa, de acordo com experimentos já efetuados já aplicadas. Em uma projeção baseada em estudos preliminares, de um valor de R\$ 5,00 para cada litro de polpa, cada planta é capaz de gerar uma renda de R\$ 7,50 por ano. Comparando-se ao palmito que é comercializado a um valor de aproximadamente R\$ 1,50, o rendimento da polpa é cinco vezes maior. Além disso, a polpa pode ser extraída a cada safra, e o palmito é cortado apenas uma vez. As sementes também podem ser comercializadas diretamente, ou com valor agregado a partir da produção de mudas.

¹ Quanto à possíveis impactos da atividade para a fauna dispersora, estudos já estão sendo realizados por este grupo de pesquisa (dissertação de mestrado de Letícia Troian, Programa de Pós-Graduação em Ecologia – UFRGS).

A juçara representa, também, um importante complemento alimentar para as famílias e comunidades, sendo um fator potencialmente positivo para a segurança alimentar das mesmas. Considerando a alta similaridade no sabor e forma do produto e por se tratarem de espécies do mesmo gênero, podemos tomar como base a composição nutricional do açaí da Amazônia (*E. oleracea*) como um referencial. O consumo diário de um litro de açaí com 12,5% de matéria seca, em média, contém 65,8g de lipídios, o que corresponde a 66% da ingestão diária requerida; 31,5g de fibras alimentares totais, o que corresponde a 90% das recomendações diárias e; 12,6g de proteínas, o que corresponde de 25% a 30% da quantidade nutricional diária necessária. Além disso, é muito rico em minerais, principalmente potássio e cálcio. Dentre as vitaminas destaca-se a vitamina E, um importante antioxidante e vitaminas do complexo B (Rogez, 2000).

Ainda em analogia com o açaí da Amazônia, percebe-se que existe um mercado que demanda o produto (conforme pesquisa centrada na cadeia produtiva do açaí no litoral Norte, efetuada por nosso grupo). Para suprir esta demanda faz-se necessário tanto o manejo de áreas já implantadas quanto a implantação de novas áreas com juçara o que contribui para a diversificação das unidades produtivas. Os pequenos viveiros locais possuem um papel fundamental neste processo.

A viabilização desta cadeia produtiva, no entanto, passa por instrumentos legais de regulação do cultivo e manejo das espécies nativas da Mata Atlântica. Neste contexto, no sub-projeto “Palmeira juçara” partindo da constatação de que tem um grande potencial de se converter em uma alternativa de renda para os agricultores e extrativistas locais, visa intervir em alguns pontos nevrálgicos para a potencialização da atividade propõe-se a capacitação dos(as) agricultores(as) familiares proporcionando um amparo técnico e legal, a articulação entre os diversos elos da cadeia produtiva, bem como a realização de experimentos nas unidades produtivas e levantamentos que subsidiem a elaboração de um plano de manejo para a espécie, e a implantação de áreas-piloto para licenciamento e formalização da coleta dos frutos como atividade produtiva (cadastramento-piloto)².

5.2. Justificativa para o sub-projeto “Cadeia produtiva de fibras vegetais e pinhão”

Dentre as possíveis alternativas para a diversificação da atividade, o trabalho centrado nas fibras artesanais, iniciou pelo incentivo à formação de um grupo de artesãs que utiliza principalmente a palha de bananeira, uma vez que esta não apresenta restrições do ponto de vista da legislação ambiental. Esse processo tem trazido a tona todas as dificuldades da instauração de uma nova atividade no sistema produtivo local, que incorre na assimilação de conceitos como mercado,

² Cabe lembrar que o Núcleo DESMA e a Ong ANAMA tem pautado o debate e a resolução da questão do licenciamento de alguns produtos florestas não-madeiráveis junto a Secretaria do Meio Ambiente e outras instâncias consultivas e deliberativas.

qualidade, cadeia produtiva, produtividade, qualidade, técnica (ainda distantes do universo cultural local), assim como a certeza de que para o sucesso de qualquer destas iniciativas, há a necessidade de políticas públicas que apoiem ou permitam a proliferação de tais iniciativas, mas sobretudo um aprofundamento das relações referentes a cadeia produtiva destes produtos.

Paralelamente a este trabalho com palha de bananeira, tem sido efetuado o levantamento e estabelecimento de alguns estudos de autoecologia de outras espécies com potencial artesanal, como as lianas e macrófitas aquáticas, tradicionalmente utilizados na região para artesanato. Estas espécies, do ponto de vista legal, do mesmo modo que a samambaia e talvez de forma mais aguda, tem sérias restrições legais, mas que carecem de estudos básicos, para qualquer ação mais efetiva. Neste sentido, tem se buscado fazer o levantamento de fibras vegetais nativas usadas na confecção de artesanatos por comunidades tradicionais em áreas de Mata Atlântica no Estado, com o acompanhamento de agricultores e extrativistas que efetuam sua coleta e manufatura, elaborando um portfólio contendo o estado do conhecimento técnico e científico sobre as fibras vegetais nativas utilizadas na confecção de artesanatos em áreas de Mata Atlântica (Silveira *et al*, 2006). Ainda dentro deste item foram efetuados estudos acompanhando o crescimento e regeneração de algumas destas espécies (Silveira, 2007). Assim, ao mesmo tempo em que os trabalhos com a palha de bananeira incentivam a produção artesanal, ao longo do desenvolvimento das atividades, vivenciam-se os problemas inerentes a esta iniciativa e os levantamentos e pesquisas básicas efetuados com outras espécies, posteriormente podem diversificar o rol de matéria-prima e técnicas para confecção de novos produtos, sem incorrer em conflitos com a legislação ambiental e que entrariam no mesmo mercado que já foi aberto e explorado através do artesanato com palha de bananeira.

Mais recentemente com a aproximação e parceria com o Centro de Pesquisas e Conservação da Natureza Pró-Mata/PUCRS e a Floresta Nacional de São Francisco de Paula (FLONA – SFP), tem-se vislumbrado, a problematização em torno de outro PFM oriundo de extrativismo que pode auxiliar na diversificação de renda dos agricultores e extrativistas é o pinhão, principalmente após a aprovação da Resolução do CONAMA 278/01, a qual suspende o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção que constam na lista oficial do IBAMA, em populações naturais no Bioma Mata Atlântica, até que sejam estabelecidos critérios técnicos, cientificamente embasados, que garantam a sustentabilidade da exploração e a conservação genética das populações exploráveis. Assim, uma das alternativas encontradas para incrementar a renda familiar na área da Floresta Ombrófila Mista, principalmente por pequenos agricultores que possuem pinhais em suas terras, é a coleta de pinhão, uma vez que este produto é muito procurado durante os meses de inverno, além de seu consumo ser uma tradição muito antiga, já mencionada

por diversos autores (Reitz e Klein, 1966; Santos, 1973; Thomé, 1995; Backes e Irgang, 2002; Valentini, 2003; Bitencourt e Krauspenhar, 2006).

Outros dois aspectos reforçam ainda mais o potencial do pinhão como gerador de fonte de renda, e, por conseguinte, salientam a necessidade de estudos que visem tanto auto-ecologia da espécie como a cadeia produtiva do recurso. Um aspecto é demonstrado nos estudos realizado por Guerra et al (2002), onde em áreas de Savana Parque a renda total corrida para a exploração de pinhão seria 22% maior que a renda obtida num sistema de exploração de madeira, indicando que nestas regiões a exploração de pinhão é bem mais rentável, em longo prazo, do que a exploração madeireira, ao mesmo tempo em que reduz a pressão de corte sobre os relictos existentes. Outro aspecto é o apresentado por Vieira da Silva (2006), ao mostrar que no Distrito de Taquara Verde, no município de Caçador, Estado de Santa Catarina, o pinhão pode representar 1,7 vezes o valor renda per capital mensal média do ano de 2005 das famílias entrevistadas pela autora, podendo em alguns casos, a atividade de coleta do pinhão, ser uma fonte de renda exclusiva durante os meses de inverno, quando quase não há trabalho nas lavouras agrícolas da região.

De uma forma geral, segundo Campbell & Luckers (2002), a coleta de produtos florestais não madeiráveis para uso doméstico tem sido tradicionalmente uma importante atividade de subsistência, que complementa a economia de muitas comunidades no meio rural em todo o mundo. Entre as estratégias propostas por Clay (1996) para fomentar o desenvolvimento sustentável em áreas destinadas à conservação estão a diversificação da produção local, diminuindo a dependência de um único produto, e o incentivo à comercialização de produtos com mercados definidos.

Com a emergência do movimento ambientalista a partir da década de 70 e sua repercussão e institucionalização nas décadas seguintes verifica-se uma tendência nas diferentes esferas governamentais e não-governamentais de incorporarem temas relacionados com a problemática ambiental. Os Governos Nacionais buscam novos instrumentos na condução de suas políticas públicas de modo a compatibilizar bem estar social e preservação do meio ambiente (Ferreira, 1998), na política internacional, muitos setores foram pressionados a mudar métodos e processos tradicionais de produção para se adequar às novas demandas da sociedade por produtos ambientalmente saudáveis que, em muitos casos, passaram a representar o principal segmento de vendas de inúmeras empresas cujos esforços de marketing e comercialização convergiam para alcançar os cada vez mais numerosos “consumidores verdes” (Thorstensen, 2002).

Além do aspecto mercadológico, a questão ambiental tem relação direta com a ética empresarial, passando a ser incluída como uma forma de revelar e tornar claro o seu compromisso com a responsabilidade social. Conforme é assinalado na Revista da Confederação Nacional da Indústria, “as questões relacionadas à conservação ambiental têm, de forma crescente, influenciado

os investimentos e custos de produção das atividades econômicas em geral. A legislação ambiental, cada vez mais restritiva, aliada a uma demanda de produtos de impacto ambiental reduzido determinam uma mudança de posição das empresas nas suas relações com o meio ambiente”.

Todo este panorama no contexto deste programa de pesquisas em questão aponta para uma grande lacuna em torno destes possíveis produtos oriundos de áreas naturais. Nas alternativas propostas até o momento, todos encontram seu grande limitante na dificuldade de inserção ou na implementação de uma cadeia produtiva. É neste contexto que se justificam as ações propostas neste sub-projeto de pesquisa que visa gerar subsídios que contemplem estas lacunas.

Cabe ainda ressaltar, dentro objeto de pesquisa em questão, o contexto atual de uma sinergia entre mercado, produtos e conservação, ainda no contexto da conservação a emergência de mercados solidários, como por exemplo, o Mercado Floresta (ocorrido em São Paulo em 2005) que se constituiu numa feira de produtos sustentáveis ou o Mercado Mata Atlântica, um balcão de serviços para negócios sustentáveis, ligado a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Estas iniciativas de cunho conservacionista buscam, através do fomento a cadeias produtivas de produtos naturais cuja procedência atesta a adequação às normas “ecologicamente corretas”, contribuir para a preservação ambiental. Neste contexto, remetendo ao universo empírico deste projeto, constata-se que há ainda uma grande distância entre estas ações ecologicamente corretas e as populações locais, uma das supostas beneficiárias destas iniciativas. Um maior aprofundamento no que concerne aos aspectos socioeconômicos e ecológicos dos recursos naturais poderá calcar com dados concretos a implementação de uma aproximação entre estes segmentos.

5.3. Justificativa para o sub-projeto “valorização de saberes e fazeres locais”

A região nordeste do Rio Grande do Sul caracteriza-se por apresentar grande beleza paisagística estando inserida dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, indicando que se trata de uma região estratégica para ações conservacionistas. Este fato, permite evidenciar a região, ressaltando o seu potencial turístico, mas o que se tem observado, a partir de nossa experiência de dez anos de atuação na região é que, este status incorre também no cerceamento as atividades produtivas locais, principalmente relacionado a uma legislação ambiental rigorosa. Na problematização deste contexto, o que os nossos trabalhos vem evidenciando é que esta condição de área preservada relaciona-se justamente a presença dos grupos humanos, através de formas de intervenção tradicional de baixo impacto, inscritas nos saberes e fazeres locais.

A documentação destes saberes e práticas e a salvaguarda do patrimônio imaterial dessas comunidades rurais, associada a estudos etnoecológicos que vêm sendo desenvolvidos pela instituição proponente deste projeto e seus parceiros pode aprofundar os mecanismos, as formas de uso e de relações com os espaços naturais pelas quais essas comunidades contribuem para a

conservação dos ecossistemas ao longo do tempo, conformando o que pode ser entendido como um “patrimônio biocultural”. A abordagem sob a perspectiva do patrimônio imaterial, nesta situação tem duplo papel, possibilitando o resgate, valorização e ressignificação do patrimônio cultural das populações locais colocando-os como partícipes e fomentadores da conservação - e não o contrário como tem sido considerado até o momento - ao mesmo tempo em que contribui para a conservação do ambiente.

Acreditamos que a problematização em torno do patrimônio imaterial incorre também na abordagem em torno do patrimônio material resgatando alguns processos de patrimonialização de antigas construções que já foram desencadeadas e que no momento estão desativadas por falta de uma maior mobilização local (ressalta-se que entre 1997 e 2001 foi efetuado pela Ong ANAMA, parceira deste projeto um levantamento e um trabalho de educação patrimonial centrada nas construções da região).

A valorização e disseminação dos saberes e fazeres locais e a disponibilização de seus registros na forma de vídeos e imagens podem contribuir para a dinamização da economia local (em parte atingida pelo rigor da legislação ambiental), principalmente a partir do turismo (que é outra perspectiva que vem sendo trabalhada pelas iniciativas locais), mas também pode contribuir incentivando alternativas de renda para a população local na forma de artesanato a partir de fibras vegetais e outros artesanatos ou produção de alimentos, práticas tradicionais entre estas pessoas. Incorre também na dinamização dos sistemas produtivos, sob a forma do resgate de antigas variedades de plantas e técnicas de manejo e intervenção no meio natural ainda presentes na memória dos moradores locais.

Finalmente, a realização deste projeto pode dar maior visibilidade à diversidade étnica e cultural presente na região, contribuindo para o fortalecimento da identidade local e conseqüente processo de empoderamento/ processo emancipatório destes grupos e maior inclusão e participação social dos grupos.

6) Caracterizar, caso exista, caráter multidisciplinar e interdisciplinar da proposta:

O marco inicial do projeto aqui proposto é resultado de um processo de interação multidisciplinar e multi-institucional iniciado em 1997 com a proposição do projeto “Diagnóstico socioeconômico e ambiental no município de Maquiné”, que foi executado numa parceria entre a ONG ANAMA e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), com o envolvimento de pesquisadores e estudantes com diferentes formações como Agronomia, Antropologia, Biologia, Economia, Sociologia (ANAMA/ PGDR-UFRGS, 2000). Ressaltando que o próprio PGDR/ UFRGS é um programa que se

caracteriza pela multidisciplinaridade onde é intenso o debate em torno da busca da interdisciplinaridade como paradigma de trabalho.

A partir deste diagnóstico, da crescente interação com a comunidade local e da identificação das principais problemáticas e reivindicações envolvendo temas relacionados a meio ambiente e desenvolvimento rural, foram propostas ações que visavam a resolução de problemas locais específicos (a existência de atividades ilegais do ponto de vista da legislação ambiental, por exemplo), que dependiam da geração de subsídios e conhecimentos que calcassem a resolução dos problemas. Isto demandou o envolvimento não somente de pesquisadores de diferentes campos disciplinares, mas a necessidade de alargamento do próprio conceito de conhecimento, não mais restrito ao rótulo acadêmico, mas a integração com os conhecimentos, normalmente cunhados como “populares”, tradicionais ou locais. Este alargamento conceitual não apenas proporcionou uma maior eficácia nas intervenções mas sobretudo, propiciavam uma forma de inclusão social, uma vez que a partir da constatação a existência e reconhecimento destes diferentes horizontes de conhecimento - e portanto de apropriação do ambiente – foi (ou está) sendo possível chegar-se a busca de determinados conceitos e práticas consensuais, mais ecológicas e em consonância com a situação social local, o que implica no deslocamento de horizontes e mentalidades de todos os envolvidos no processo.

Desta forma, não apenas pelas diferentes formações dos integrantes da atual equipe e posteriores adesões e parcerias institucionais, mas pelo envolvimento de diferentes estratos etários e sociais e pelo processo desencadeado a partir daquela experiência multidisciplinar iniciada em 1997 (e seus desdobramentos na forma de diferentes projetos posteriores) podemos falar em um processo de constituição uma experiência interdisciplinar em seu sentido amplo, enfatizando assim seu caráter processual. A concretização desta trajetória é a constituição do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA), que atualmente congrega as instituições parceiras deste projeto e se constitui, não somente, num espaço de trabalho propriamente dito, mas sobretudo de debate, propiciado pelas reuniões de trabalho, mas também pela realização de atividades extracurriculares como os o Ciclo de Debates Socioambientais, uma das atividades regulares sob responsabilidade do Núcleo. Este Ciclo, de periodicidade mensal tem se constituído num espaço para a manifestação e debate de diferentes questões relacionados ao campo ambiental e do desenvolvimento rural, sob diferentes perspectivas disciplinares.

Assim, dando continuidade trajetória de trabalho do grupo, o projeto aqui proposto tem como horizonte a busca de uma abordagem interdisciplinar, de trocas, a começar pela equipe técnica diversificada. A apresentação da proposta onde se encontram abarcados em apenas um projeto três perspectivas de abordagem bastante distintas, focalizados em aspectos igualmente

distintos, cuja confluência encontramos somente ao remetermo-nos aos objetivos gerais, ou seja pensando na busca de estratégias para um desenvolvimento local sustentável. Por esta problemática apresentar-se complexa, aberta a diferentes olhares e abordagens, remetendo ao âmbito disciplinar compartimentalizado da academia abre-se a possibilidade de conjugar diferentes abordagens (da antropologia, nutrição, agronomia, biologia, economia), cada um parceladamente concorrendo para geração de conhecimento e de subsídios em suas múltiplas faces. No entanto, este fato incorre numa atenção especial não a abordagem disciplinar propriamente dita, mas na forma como seus resultados são analisados e interpretados, segundo a problemática mais ampla.

Além disso, cabe uma atenção especial a forma como a coleta de dados é efetuada, pois requer a interação com a população em diferentes graus. Nesta interação, cabe ressaltar a importância de, nas próprias relações pessoais haver a troca entre diferentes horizontes disciplinares frente à realidade local, mas pressupõe também a presença de um pesquisador diferenciado, ou pelo menos a pesquisa que vislumbre a extensão. Este tem sido um dos grandes requisitos para a escolha de todos os projetos e pesquisadores integrantes deste projeto mais amplo: a sensibilidade a estas duas perspectivas. Isto incorre não somente em aliar pesquisa e extensão, mas de um pesquisador que também se apresenta como mediador. Estas perspectivas do ponto de vista institucional são cobertas pela presença não somente da universidade e outras instituições de pesquisa e extensão, mas da ação integrada com uma ong local, de modo a buscar uma qualidade de interação e intervenção diferenciadas, mais próxima da situação local.

Isto não incorre na eliminação de assimetrias, inerentes a todo e qualquer processo, uma vez que todo o trabalho parte da existência inexorável de tais diferenças; mas de estar atento a tais assimetrias da própria estrutura ao qual estão todos imersos, tentando, através de um olhar crítico identificá-los nas relações cotidianas e com isto operar com estas diferenças.

7) Metodologia detalhada:

7.1. Metodologia referente ao sub-projeto “Palmeira juçara”

7.1.1. Iniciar processo de licenciamento-piloto de três propriedades para o manejo sustentável dos frutos da palmeira juçara para obtenção de sementes e polpa.

7.1.1.1. Numa etapa inicial serão realizadas visitas técnicas aos diferentes atores envolvidos:

- agricultores familiares proprietários das áreas já selecionadas, onde vêm sendo realizadas pesquisas;
- agricultores familiares que já vêm realizando coletas;
- técnicos de órgãos ambientais;
- responsáveis por agroindústrias;

- comerciantes locais;
- responsáveis, proprietários de viveiros;
- representantes de entidades locais (ONGs, prefeitura, sindicato etc).

As visitas terão o objetivo de aproximação entre estes diferentes segmentos sociais envolvidos com a cadeia produtiva da palmeira juçara, introduzindo uma proposta de formação de rede, com vistas a organização do setor visando a elaboração de um plano de manejo regional participativo para a espécie. Especialmente junto aos órgãos ambientais procura-se respaldo para o licenciamento da atividade e implantação das áreas-piloto.

7.1.1.2. Serão estabelecidas áreas-piloto para o monitoramento da coleta de frutos de acordo com alguns critérios já estabelecidos pela prática de manejo dentro dos parâmetros de sustentabilidade, estabelecidos a partir de revisão bibliográfica acerca da auto-ecologia de *E. edulis* e do manejo da espécie para extração de palmito.

O estabelecimento de parâmetros do manejo dos frutos para obtenção de sementes visa fornecer subsídios para a regulamentação da coleta junto aos órgãos ambientais³. Cabe ressaltar a importância de regulamentar a coleta de sementes para que os(as) agricultores(as) deixem a situação de clandestinidade, visto que já existe um mercado para este produto.

Dentre itens para o estabelecimento de critérios para o manejo sustentado dos frutos destacam-se: a) as técnicas de coleta e b) a forma seleção dos cachos para colheita.

Os métodos de colheita podem variar de acordo com a preferência do coletor. Consistem principalmente na escalada com pecunha ou no uso de uma foice presa na extremidade de uma haste desmontável (similar a podão) e lona para aparar a queda do cacho, nos quais é removido apenas o cacho de interesse, sem causar prejuízo à planta.

Quanto a seleção, os cachos são classificados em: a) maduro bom, b) maduro com antracnose (*Colletotrichum gloeosporioides* Penz [von. Arx.]), c) verdolengo (30% dos frutos maduros e o restante verde, maturação desigual) e, d) verde (frutos ainda de coloração vermelho claro ou verdes). Somente os cachos maduros bons é que serão coletados. No fim da safra geralmente os cachos classificados como verdolengos ficam totalmente maduros, porém tendo perdido aproximadamente 50% ou mais dos seus frutos, seja por ação de frugivoria ou por ação dos ventos e chuvas. Destes cachos muitos são excluídos da colheita por não compensarem o esforço de escalada. Em colheitas realizadas somente por escalada os pés tortos e finos são todos excluídos. Se considerarmos o total de cachos verdolengos ou com antracnose e os pés de difícil acesso e com

³ A partir do licenciamento desta atividade, onde o sub-produto é a polpa, a licença para comercialização representaria um próximo passo.

dificuldade para colher é possível prever uma grande quantidade de frutos que permanecem disponíveis ao longo da safra para alimentação da fauna.

As coletas serão realizadas com uma periodicidade de 10 a 20 dias em cada área. Como produtos, obtêm-se as sementes e a polpa. As sementes serão imediatamente lavadas e postas a secar a sombra. A polpa será embalada em pacotes de 1/2 Kg, em saco plástico próprio e selado a quente para imediato congelamento, ficando assim armazenada até o seu consumo. Tanto as sementes quanto a polpa serão identificadas em lotes de coleta determinados pelo período e local de colheita.

A polpa será destinada primeiramente ao uso em atividades do projeto e para divulgação do produto. Nas atividades de divulgação em eventos locais a polpa poderá ser vendida, de acordo com as possibilidades, para subsidiar e dar retorno aos proprietários das áreas e coletores.

De acordo com a flexibilidade dos órgãos ambientais em conceder licença de comercialização, os(as) agricultores(as) familiares poderão processar a polpa em agroindústrias locais e destiná-la ao mercado. Tanto proprietários de juçarais quanto coletores garantirão geração de renda, e percebe-se que esta é uma importante estratégia para impulsionar a atividade na região e motivar mais produtores a cultivarem *E. edulis*.

Quanto as sementes, terão quatro destinos diferentes: a) 30 % do total extraído de uma área deverão retornar a mesma, para fins de comercialização por parte do proprietário e para manutenção da população de juçara utilizando-se de semeadura à lanço; o restante será dividido entre b) agricultores(as) familiares viveiristas; c) agricultores(as) familiares interessados no enriquecimento de suas propriedades e na restauração das populações naturais; e d) distribuição em atividades de divulgação.

7.1.2. Capacitar 16 agricultores(as) familiares para o manejo dos frutos e produção da polpa.

A cada safra dos frutos será realizada uma oficina de capacitação direcionada a agricultores(as) familiares, em especial jovens rurais e extrativistas, visando estimular o cultivo da espécie, o seu manejo sustentável, difundir o uso da polpa dos frutos e dar respaldo técnico para coleta e beneficiamento. Atividades deste caráter já são realizadas desde 2005 na FEPAGRO em Maquiné, em parceria com diversas entidades da região como EMATER, ONGs (Centro Ecológico, ANAMA), DESMA, entre outros.

Dentre este público beneficiado, caso haja licença para comercialização da polpa, pretende-se selecionar coletores para atuarem nas áreas-piloto.

7.1.3. Orientar plantios certificados da palmeira juçara em três propriedades de agricultores(as) familiares, como forma de diversificação da unidade produtiva e promoção de sistemas agroflorestais.

Através do acompanhamento direto nas propriedades serão oferecidos subsídios e orientação técnica para regularização através da emissão de certificado de Floresta Plantada (CIF-PEN) aos(as) agricultores(as) familiares interessados(as) na diversificação de suas unidades de produção através de cultivos de *E. edulis*. Serão enfocados sistemas de cultivos baseados em manejo agroflorestal que garantam sustentabilidade ambiental e econômica à atividade.

Os sistemas a serem implementados poderão variar conforme as condições da área e interesses do proprietário, desde o cultivo em áreas abertas, consórcios com espécies perenes como banana, citros, eucalipto entre outros, até o repovoamento de capoeiras e capoeirões. Os cultivos serão implementados a partir do plantio direto de sementes, semeadura a lanço ou com mudas. As sementes serão distribuídas, e o(a) agricultor(a) poderá optar em produzir suas próprias mudas antes de introduzir a espécie no sistema. Se optar por mudas já existentes em viveiros da região, será dado o suporte técnico para o plantio, e as mudas serão adquiridas junto aos viveiros da região.

7.1.4. Implantar duas áreas demonstrativas de sistemas agroflorestais com juçara na FEPAGRO – Maquiné.

Serão implantadas duas áreas demonstrativas de sistemas agroflorestais com juçara nas dependências da FEPAGRO - Maquiné. Estes plantios da palmeira, um em consórcio com feijão guandu, e outro com *Citrus*, visam divulgar entre agricultores e técnicos extensionistas diferentes possibilidades de implantação de tais sistemas para diversificação das propriedades.

7.1.5. Divulgar o produto polpa da juçara em escolas do município de Maquiné e eventos locais com vistas à segurança alimentar.

Para a divulgação do uso da polpa primeiramente será revisada e reimpressa uma cartilha instrutiva utilizada em anos anteriores⁴, que será distribuída nas escolas e em eventos de diversos tipos. A cartilha deverá priorizar métodos simples, caseiros, para extração da polpa. As atividades, de divulgação local, visam prioritariamente introduzir a prática do consumo da polpa pelas famílias, dado o valor nutricional que possui, mas também incentivar o cultivo da palmeira.

Será distribuída polpa oriunda das áreas piloto e material informativo durante a primeira safra (verão 2008) em escolas do município. No ano seguinte, se houver estoque de polpa

⁴ Esta cartilha foi elaborada dentro do projeto “Avaliação e promoção de alternativas produtivas sustentáveis para agricultores familiares tradicionais na região da Encosta Atlântica do Estado do RS” apoiado pelo edital do CNPq022/2004 processo no. 506694/2004-6.

congelada, as mesmas atividades serão realizadas, no entanto um pouco antes da safra ou no início desta, de forma a incentivar a colheita por parte das famílias dos(as) estudantes. Projeta-se uma possibilidade de introduzir a polpa da juçara na merenda escolar, havendo oferta.

Um outro enfoque de divulgação será a participação em eventos locais, como festas religiosas. Nestas ocasiões o produto poderá ser comercializado, de acordo com as possibilidades, para subsidiar o envolvimento de agricultores(as) familiares coletores ou proprietários dos juçarais. Esta iniciativa, além de divulgar o produto, facilitará o envolvimento através da valorização financeira do trabalho de envolvimento na coleta, preparo e interação com público. Além da divulgação da polpa também será feita a distribuição de sementes e material informativo (folders) sobre a polpa, visando a ponta da cadeia produtiva (consumidores), e a comercialização de mudas dos produtores locais envolvidos no programa.

7.1.6. Mapear áreas de matrizes para coleta de sementes da palmeira juçara na bacia hidrográfica do Rio Maquiné.

Serão oferecidos subsídios e orientação técnica para regularização da produção de mudas de juçara nos viveiros de agricultoras familiares da região. Para tanto, será realizado o mapeamento das áreas de matrizes de juçara na bacia hidrográfica do Rio Maquiné, e sua caracterização nos moldes que exige a legislação federal (Lei nº 10.711 de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.153 de 2004). Cabe ressaltar que este mapeamento terá atributos descritivos em um sistema de informações geográficas (SIG) que subsidiará uma posterior discussão de um plano de manejo para a espécie na região.

7.1.7. Qualificar a produção de mudas em 4 viveiros de agricultores(as) familiares da bacia hidrográfica do Rio Maquiné e região com ênfase em espécies nativas de interesse agroflorestal, sobretudo a palmeira juçara.

Serão realizadas visitas técnicas aos viveiros para orientação quanto à coleta e beneficiamento de sementes e a produção de mudas.

Com relação à palmeira juçara, será disponibilizado um grande aporte de sementes oriundas das áreas-piloto, além do amparo técnico para adequação à legislação que facilitará as coletas em outras áreas. Os viveiristas serão orientados também para o consumo da polpa da juçara com vistas à segurança alimentar.

Já existe uma articulação com a Rede Semente Sul⁵ e, portanto além das mudas, projeta-se a comercialização e troca de sementes.

7.2. Metodologia referentes ao sub-projeto “Cadeia produtiva de fibras vegetais e pinhão”

7.2.1. Descrição socioambiental da área de estudo

A área de abrangência desta ação localiza-se na região nordeste do Rio Grande do Sul, correspondentes a Mata Atlântica, que abrangem as seguintes unidades fitoecológicas:

a) A Floresta Ombrófila Densa, na região, ocupa as planícies cenozóicas, ocorrendo na Porta de Torres, entre o oceano e as escarpas da Serra Geral até o norte de Osório, entre as altitudes de 5m a 900m.

b) A Floresta Ombrófila Mista (FOM), ou Floresta com Araucária, é considerada a região fitoecológica onde coexistem elementos da flora tropical (afro-brasileiros) e temperada (austral-brasileiros), sendo destacada a importância fisionômica de elementos das Ordens Coniferales e Laurales (Veloso et al., 1991). A distribuição natural da área da FOM é caracterizada pela presença da *Araucaria angustifolia*, que corresponde principalmente ao Planalto Meridional Brasileiro (Hueck, 1972).

c) A Planície Costeira do Rio Grande do Sul (PC) é caracterizada pela presença de um cordão de lagoas localizado entre áreas de dunas anteriores ao Oceano Atlântico, a oeste, e encostas de serras a leste, tais como as Encostas do Nordeste do Planalto Meridional e Escudo Sul-riograndense. A área terrestre é caracterizada pela presença de restingas, sendo bastante diversa em relação à fitofisionomia. A região norte é influenciada por elementos tropicais, através do contato com a Floresta Ombrófila Densa. É constante a presença das áreas úmidas em todo o gradiente norte-sul caracterizado pela presença de macrófitos aquáticos, com dominância de juncais, contendo vários habitats, sítios de reprodução e desenvolvimento de muitas espécies de flora e fauna (CN-RBMA, 1998). Ao longo dos seus diversos corpos lagunares encontram-se comunidades ribeirinhas que utilizam os recursos naturais locais, explorando as áreas terrestres, úmidas e aquáticas. Estas comunidades são historicamente dependentes da pesca artesanal para a sua subsistência, além da extração de recursos das áreas úmidas e terrestres (Pieve, 2007; Garez & Sanches-Botero, 2005).

7.2.2. Descrever e estudar os aspectos produtivos, as formas de manejo, conhecimentos ecológicos tradicionais envolvidos no processo de coleta, manufatura e comercialização bem como a relação com a legislação ambiental do pinhão (*Araucaria angustifolia* (Bertol.)

⁵ O projeto Rede Semente Sul é coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e objetiva a estruturação participativa de uma rede de sementes de essências florestais nativas presentes nas tipologias florestais da Mata Atlântica da região sul do Brasil.

Kuntze), junco (*Schoenoplectus californicus* (C. A Meyer) Soják), taboa (*Typha domingensis* Pers.) e lianas em área de Mata Atlântica do RS

A partir dos contatos estabelecidos no estudo de cadeia produtiva, os coletores para serão acompanhados ao longo do projeto. Serão utilizados roteiros de entrevista (Haguette, 1999) que caracterizem: a) o uso de recursos naturais pelas comunidades, identificando os recursos naturais utilizados, o conhecimento e práticas de seu manejo; b) a organização do trabalho ligado às atividades, c) equipamentos e técnicas utilizadas na atividade, utilização e observação dos recursos naturais do meio, rotinas diárias, gastos e lucros, entre outros itens, d) quantidades coletadas e) periodicidade da coleta, aspectos relacionados a sazonalidade. Para detalhamento do processo de coleta lançar-se-á mão técnica de observação participante para acompanhamento e descrição das práticas associadas a coleta com registros efetuados através da documentação fotográfica e uso de cadernos de campo para complementação dos registros. A partir dos dados obtidos buscar-se á estabelecer uma tipologia das diferentes sistemas de manejo de cada uma das espécies.

7.2.3. Analisar os atores sociais e grupos que intervêm na cadeia do pinhão (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze), junco (*Schoenoplectus californicus* (C. A Meyer) Soják), taboa (*Typha domingensis* Pers.) e lianas e suas inserções nos diferentes mercados e setores compreendidos em área de Mata Atlântica no RS, elucidando as respectivas cadeias produtivas

O estudo da cadeia de comercialização está fundamentado no conceito de *analyse de filière*. Desenvolvido pela Escola Industrial Francesa, ao longo da década de 1960 do século passado, este conceito, apesar de seguir uma lógica de encadeamento de atividades semelhantes à usada por Ray Goldberg (1968, *apud* Batalha, 1997) na *commodity system approach*, difere, segundo o objeto de estudo pretendido, no ponto de partida da análise.

Este método ressalta a importância, segundo Louis Malassis (1973, *apud* Graziano Da Silva, 1996), do fenômeno de “concorrência heterogênea” entre agentes com poder de mercado distintos. *Filière*, traduzido para o português pela expressão “cadeia produtiva”, é apontado por Zylbersztajn (2000) como o aparelho que concerne a ligação entre os agentes e as operações que contribuem à formação e transferência do produto até seu estado final de utilização, enfocando a dependência dentro do sistema como um resultado da estrutura de mercado ou de forças externas. Neste estudo, delimitação da *filière* das espécies em questão corresponde ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul e Planalto.

A estrutura utilizada está fundamentada em três subsistemas (produção, transferência e consumo) representados por agentes distintos. Cada agente é composto por diferentes atores, de acordo com suas características específicas, ligadas por suas relações comerciais.

A pesquisa de campo será realizada em duas etapas distintas. A primeira tendo como finalidade delimitar a região de estudo, reconstituir o histórico desta atividade, assim como identificar os principais atores envolvidos, a partir de entrevistas com lideranças locais e realização de saídas a campo para reconhecimento e estabelecimento de contatos.

A segunda fase corresponde à realização de entrevistas com agentes diretamente ligados à atividade, selecionados conforme sua inserção na cadeia, portanto de forma não aleatória. Assim como os intermediários com os quais estes mantêm relações comerciais, para um acompanhamento semanal ao longo de um ano civil, efetuado a partir da solicitação de preenchimento de um questionário estruturado. Os critérios utilizados para a escolha dos entrevistados levarão em conta principalmente a disponibilidade dos meios de produção, a localização geográfica, o volume de comercialização, e o destino da produção.

7.2.4. Disponibilizar e difundir os dados gerados relativos aos aspectos socioeconômicos e ecológicos, de modo a fortalecer empreendimentos da área de abrangência do projeto.

Os resultados gerados a partir deste levantamento serão apresentados em diferentes fóruns relacionados com o licenciamento de atividades relacionadas ao uso de recursos naturais, eventos locais e regionais, eventos científicos afim de fomentar o debate em torno de uso de recursos naturais, sustentabilidade e conservação. Também será revisada e reimpressa uma cartilha instrutiva utilizada em anos anteriores⁶, que será distribuída nas escolas e em eventos diversos como feiras de produtores, oficinas e cursos.

7.3. Metodologia referente ao sub-projeto “valorização de saberes e fazeres locais”

7.3.1. Registro de saberes e fazeres locais relacionados à alimentação, agricultura e artesanato

A proposta deste sub-projeto constitui-se de atividades de pesquisa na forma de coleta e registro de material relacionado aos saberes e fazeres ligados a agricultura, alimentação e artesanato, paralelamente com atividades de extensão e difusão dos conhecimentos gerados. Trata-se de uma metodologia que alia a pesquisa e extensão, onde, a partir de dinâmicas participativas, coletam-se os dados ao mesmo tempo em que estes são difundidos pela comunidade. Do somatório

⁶ Esta cartilha foi elaborada dentro do projeto “Avaliação e promoção de alternativas produtivas sustentáveis para agricultores familiares tradicionais na região da Encosta Atlântica do Estado do RS” apoiado pelo edital do CNPq022/2004 processo no. 506694/2004-6.

entre os dados coletados e o registro de todo o processo será elaborado um vídeo, que visa abordar o patrimônio imaterial (em seus saberes e fazeres locais) inserido em seu aspecto dinâmico contemporâneo, sujeito a todos estes movimentos de idas e vindas, lembranças, reinvenções e difusão.

A base para a coleta de dados relacionado ao patrimônio imaterial será a etnografia, objetivando uma descrição densa das relações entre os saberes e fazeres e como estes são constitutivos do modo de vida local (Geertz, 1989). Os informantes-chaves constituem-se em pessoas identificadas pela comunidade como detentoras de saberes relacionados à coleta, manufatura artesanal, alimentar e plantio ou considerados como guardiões da memória local. Para a constituição da etnografia, lançar-se-á mão das tecnologias audiovisuais (fotografia, vídeo digital, gravação de áudio) com a captação efetuada pela equipe executora. Dentro deste contexto, está previsto a realização de uma oficina de capacitação a partir de tecnologias audiovisuais para todos os integrantes da equipe técnica e demais envolvidos no projeto. Esta oficina insere-se na perspectiva de um nivelamento da equipe técnica no sentido de todos estarem aptos a efetuarem registros audiovisuais de forma eficiente, ao mesmo tempo que proporciona para os demais envolvidos, como é o caso dos informantes-chave, também munirem-se de conhecimentos que lhes proporcione o registro de suas atividades. Esta metodologia além de proporcionar a capacitação propriamente dita, visando obter material de qualidade para inclusão no vídeo final, visa eliminar a intervenção de pessoas externas a equipe o que em algumas situações poderia causar um certo constrangimento ou estranhamento por parte dos entrevistados ou filmados ou interferir na dinâmica de captação.

7.3.2. Difusão e compartilhamento dos dados levantados, estão previstas as seguintes atividades

A difusão e compartilhamento dos dados será efetuado através de uma série de atividades:

7.3.2.1 Organizar e desenvolver um curso de formação para os professores dos municípios locais que abrangem o litoral norte do estado do Rio Grande do Sul. Será um curso de um dia, nos períodos da manhã e tarde, com a definição do município-sede a ser definido durante o projeto. Este curso versará sobre a categoria patrimônio imaterial, sua importância para os contextos locais, suas implicações para a valorização local, turismo, empoderamento dos grupos, características da cultura local, seu contexto histórico e a mudança cultural ao longo dos anos. Parte do material apresentado constará dos dados coletados ao longo do projeto dentro da perspectiva de difundir o e colocar em debates o patrimônio imaterial local. Também será escolhido um informante da pesquisa para dar seu depoimento;

7.3.2.2. Posteriormente a essa atividade, serão escolhidas quatro escolas para serem desenvolvidas algumas oficinas com crianças e jovens, no sentido de resgatar com elas os traços da identidade local e os saberes e práticas das comunidades tradicionais da região. Os professores que lecionam na escola selecionada e que participaram do curso citado anteriormente, serão parceiros na divulgação e, posteriormente, no detalhamento desta oficina na sala de aula.

7.3.2.3. Organização de três oficinas de confecção de artesanato com fibras vegetais em três localidades da região, destinado primordialmente a jovens, porém aberto aos demais interessados para um número total de 20 pessoas. Essas oficinas serão acompanhadas por membros da equipe técnica, sendo ministrada por artesãs locais, visando difundir as diferentes técnicas de manufatura artesanal de fibras vegetais.

7.3.3. Salvaguarda de características culturais tradicionais relacionadas à agricultura e alimentação

Para resgate das características culturais tradicionais relacionadas à agricultura e alimentação, pretende-se fomentar o cultivo do milho crioulo, principalmente a variedade de milho local, denominada “cunha” que deixou de ser plantado por muitas pessoas da região. Para isso, serão selecionadas duas propriedades para a realização do plantio. A área destinada para o cultivo será de meio hectare em cada propriedade. Cada agricultor receberá um apoio financeiro para o plantio e o cuidado da produção. O produto colhido será utilizado para, a) elaboração da farinha de milho, para ser utilizada na manufatura de alimentos remetendo aos saberes culinários locais. produção de alimento distribuído em oficinas ou em exposições previstas, e b) produção de sementes para serem distribuídas para pequenos agricultores interessados no seu plantio.

7.3.4. Produção de vídeo sobre os saberes e fazeres locais

Todo o material audiovisual colhido nas entrevistas em profundidade e nas atividades serão editadas para a obtenção de um vídeo de aproximadamente 30 minutos. Este vídeo, juntamente com todo o material fotográfico reunido e catalogado será entregue a todas as pessoas entrevistadas e instituições envolvidas no projeto.

7.4. A sistematização, planejamento e monitoramento das atividades e do andamento do projeto através de reuniões mensais da equipe executora.

Será organizado um calendário anual com a previsão de reuniões mensais, para reunir e integrar todos os integrantes dos sub-projetos. Será um espaço para debater questões relacionadas as atividades, ao aprofundamento de conceitos e troca de experiências bem como a apresentação das avaliações das atividades.

7.5. Organização de evento com exposição e divulgação dos resultados finais.

Será feita a escolha de uma comunidade local a critério dos participantes do projeto para a realização deste evento, sendo articulado com os participantes do projeto, bem como com as instituições que contribuiram/ aproximaram-se das atividades realizadas ao longo do projeto e autoridades locais. Prevê-se para a programação do evento a apresentação das atividades, dos atores envolvidos, avaliações gerais e terá também o objetivo de articular com representantes do poder público para as possíveis ações que necessitem de uma intervenção de políticas públicas. Será também o espaço para exposição dos produtos produzidos pelos agricultores/ extrativistas locais.

8) Cronograma de execução:

Atividades/trimestre	2008			2009				2010		
	3	3	4	1	2	3	4	1	2	3
sub-projeto 1										
Diálogo com órgãos ambientais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Visitas aos demais atores envolvidos na cadeia produtiva da juçara	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Manejo das áreas-piloto para coleta de frutos			X	X			X	X		
Oficinas de capacitação para agricultores familiares sobre manejo dos frutos de <i>E. edulis</i>				X				X		
Plantio de <i>E. edulis</i> em propriedades de agricultores; iniciar ou enriquecer sistema agroflorestal;		X			X	X			X	
Implantação das unidades demonstrativas na FEPAGRO		X			X	X				
Adaptação da infra-estrutura para beneficiamento da polpa da juçara		X	X							
Análises nutricionais e microbiológicas da polpa da juçara					X					
Revisão/elaboração de cartilha e material de divulgação		X	X	X	X					
Divulgação da polpa da juçara em escolas							X			
Divulgação da polpa da juçara em eventos					X	X	X		X	
Trabalho de campo para mapeamento de áreas de matrizes de <i>E. edulis</i>	X	X	X		X	X	X			

9) Descrição dos resultados esperados, com ênfase na geração de produtos, processos ou patentes:

Quadro geral com os produtos e resultados esperados de cada meta proposta por este projeto

N.	Meta/ atividade	Produto	Resultados esperados
1	Promover processo de licenciamento-piloto de três propriedades para o manejo sustentável dos frutos da palmeira juçara para obtenção de polpa e sementes;	3 processo de licenciamento	diálogo com órgãos ambientais e obtenção de licença experimental para as áreas-piloto até outubro de 2008 (antes da safra); suprimento da demanda de polpa para atividades de divulgação;
2	Capacitar 16 agricultores(as) familiares para o manejo dos frutos e produção da polpa da palmeira juçara;	16 pessoas capacitadas	capacitação de oito agricultores na safra 2008;
3	Orientar plantios certificados da palmeira juçara em três propriedades de agricultores(as) familiares, como forma de diversificação da unidade produtiva e promoção de sistemas agroflorestais.	Plantio certificado em três propriedades	plantios em três propriedades após safra 2008;
4	Implantar duas áreas demonstrativas de sistemas agroflorestais com juçara na FEPAGRO – Maquiné.	Duas áreas demonstrativas implantadas	implantação das unidades demonstrativas após safra 2008 revisão e reimpressão de cartilha antes da safra 2008; distribuição da polpa em escola, preferencialmente durante a safra 2008;
5	Mapear áreas de matrizes para coleta certificada de sementes da palmeira juçara na bacia hidrográfica do Rio Maquiné	Áreas com matrizes georreferenciadas	populações de <i>E. edulis</i> do entorno da RBSG georreferenciadas até janeiro de 2009.
6	Qualificar a produção de mudas com amparo técnico e legal em 5 viveiros de agricultores(as) familiares da bacia hidrográfica do Rio Maquiné e região com ênfase em espécies nativas de interesse agroflorestal, sobretudo a palmeira juçara.	Qualificação de 5 viveiristas	visitas técnicas a quatro viveiros antes da safra; suprir com 12 mil sementes estes quatro viveiros após a safra (3 mil por viveiro);
7	Realização de capacitação em técnicas audiovisuais	1 curso	20 pessoas capacitadas para captação em áudio e vídeo das atividades do projeto
8	Realizar entrevistas semi-estruturadas e observação participante para descrição do modo de vida local e registro dos saberes e fazeres locais	20 depoimentos registrados em áudio	20 pessoas entrevistadas
9	Realizar um curso de formação para professores dos municípios locais sobre a temática do patrimônio cultural imaterial	1 curso	30 professores/ servidores de escolas capacitado na temática do patrimônio imaterial local
10	Realização de oficinas para crianças/jovens	4 oficinas em 4 escolas	120 alunos envolvidos com atividades ligadas ao patrimônio imaterial local
11	Realização de oficinas de artesanato	3 oficinas	20 pessoas aptas ao desenvolvimento de algumas técnicas tradicionais de trançagem

			a partir de fibras vegetais
12	Realizar estudos de cadeia produtiva pinhão, junco, taboa e lianas	Quatro cadeias produtivas descritas e analisadas	Realização de entrevista, publicação científica com dados da pesquisa, cartilha contendo dados da pesquisa
13	Realizar estudos etnoecológicos do pinhão, junco, taboa e lianas	Estudos etnoecológicos de 4 espécies	Realização de entrevista, publicação científica com dados da pesquisa, cartilha contendo dados da pesquisa
14	Realizar estudos etnoecológicos do pinhão, junco, taboa e lianas	2 plantios	Obtenção de farinha de milho e sementes de milho, documentação do processo na forma de vídeo
15	Realização de um vídeo sobre o patrimônio imaterial local	1 vídeo de 30 minutos	Captura em vídeo de 30 horas de atividades do projeto, edição de 1 vídeo, tiragem de 100 cópias em DVD
16	Organização e catalogação do material colhido	1 kit com imagens sobre o patrimônio imaterial da região	-Tiragem de 50 cópias em meio digital, tiragem de 30 cópias impressas
17	Realização de encontros mensais da equipe	- 12 reuniões - relatório final	Participação da equipe nas reuniões, confecção de um relatório final, redação de um artigo científico, apresentação do trabalho em evento científico
18	Exposição para encerramento das atividades, com divulgação dos resultados	1 exposição	Visitação por 100 pessoas

19) Principais Referências Bibliográficas:

ANAMA / PGDR – UFRGS. 2000. Diagnóstico socioeconômico e ambiental do Município de Maquiné - RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, Pró-reitoria de Pesquisa da UFRGS. 108 p.

BRACK, P.; JARENKOW, J.A. & VASQUES, C. de L. 2000. Impacto extrativista sobre *Euterpe edulis* Mart. em duas áreas da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. Congresso Nacional de Botânica (51: Brasília), Sociedade Botânica do Brasil. Resumos. p. 87-88.

BRASIL. 2003. Lei Federal 10.711 – dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Brasília: Diário Oficial da União (DOU) 05 de Agosto.

BRASIL. 2004. Decreto Federal 5.153 – regulamenta a Lei Federal 10.711. Brasília: Diário Oficial da União (DOU) 23 de Julho.

PEROTTO, M.A. 2007. A influência da legislação ambiental no uso e conservação da bacia hidrográfica do Rio Maquine (RS), no período de 1964 a 2004. Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Utilização e Conservação dos recursos Naturais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Dissertação de Mestrado.

- ANAMA/ PGRD- UFRGS 2000 *Diagnóstico socioeconômico e ambiental do Município de Maquiné - RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, Pró-reitoria de Pesquisa da UFRGS. 108 p.
- Backes, P., Irgang, B. 2002 *Árvores do Sul: guia de identificação e interesse ecológico*. p.67-67.
- Bassi, J.B., Silveira, T.C.L., Terme, C.M., Kubo, R.R., Mello, R.M.S.P., Irgang, B.E., Coelho de Souza, G. 2006 Estudos integrados para avaliação da sustentabilidade do extrativismo de *Scirpus californicus* por comunidades no litoral norte do RS. *Revista Brasileira de Biociências, no prelo*.
- Batalha, M. O. Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. In: BATALHA, Mário Otávio (coord.). *Gestão Agroindustrial*, vol. 1. São Paulo: Atlas, 1997. p. 23-48.
- Becker, F.G. 2002 Distribuição e abundância de peixes e suas relações com características de hábitat local, bacia de drenagem e posição espacial em riachos de Mata Atlântica (bacia do rio Maquiné, RS, Brasil). Tese (Doutorado)- Universidade Federal de São Carlos. 187p.
- Bittencourt, J.V.M., Kraspenhar, 2002. Conservation, management and sustainable use of *Araucaria angustifolia* genetic resources in Brazil. 2006. 133-148p. Acessado pela Internet: www.ipgri.cgiar.org/publications/1046/Chapter%207.pdf. Acesso em: 01 de janeiro de 2006.
- BRASIL. 1988. Constituição Federal. Diário Oficial da União, 10.05.1988.
- BRASIL. 1993. Decreto Federal nº 750. Diário Oficial da União, 09.09.1993.
- COELHO DE SOUZA, Gabriela. Extrativismo em área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS: um estudo etnobiológico em Maquiné. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-graduação em Botânica, 2003.
- Consórcio Mata Atlântica & Unicamp 1992 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Plano de ação. São Paulo. v.1: Referências básicas, 101p.
- Costa, J.P.O. 2002 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. In: *A Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira*. Schäffer, W.B. & Prochnow, M. (org.), Apremavi, Brasília, 125-128p.
- Dean, W. A 1996 *Ferro e Fogo*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 484p.
- Diegues, A C. 1996 *O Mito da natureza intocada*. São Paulo : Ed. Hucitec.
- Ferreira, L. C. 1998 *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil* São Paulo: Boitempo Editorial, p. 154.
- Garcez, D, Sanches-Botero, J. 2005. Comunidades de Pescadores Artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Atlântica*, Rio Grande, 27 (1): 17-29.
- GEERTZ, Clifford. A. interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- Gerhardt, C. H. 2003 Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da “problemática ambiental” em agro-ecossistemas. *Série PGDR*, Dissertação n. 020.

- Graziano DA Silva, J. 1996. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: UNICAMP, p. 61-72.
- Guerra, M. P. et al. 2002 Exploração, manejo e conservação da Araucária (*Araucaria angustifolia*). In: Simões, L. L.; Lino, C. F. (Org.). Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais. São Paulo: Editora SENAC São Paulo. p.85-101.
- Hasenack, H., Ferraro, L.W. Considerações sobre o clima da região de Tramandaí - RS.
- Hueck, K. 1972. As florestas da América do Sul: ecologia, composição e importância econômica. São Paulo. Editora da Universidade de Brasília e Editora Polígono. 466 p.
- Kubo, R.R. *Coletores de samambaia-preta e a questão ambiental: estudo antropológico na área dos Fundos da Solidão, município de Maquiné, Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRGS. 2005.
- Leff, E. 2000 Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Editora FURB.
- Leite, P.F., 2002. Contribuição ao conhecimento fitoecológico do Sul do Brasil. *Ciência e Ambiente* 24: 51-54.
- Marcuzzo, S.; Pagel, S.M.; Chiappetti, M.I.S. 1998 A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul – Situação atual, ações e perspectivas. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Caderno no 11.
- Moreno, J.A. Clima do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1961. 42 p.
- Myers, N. 1988 Threatened biotas: 'Hotspots' in tropical forests. *Environmentalist*, 8:1-20.
- Myers, N., R.A. Mittermeier, C.G. Mittermeier, G.A.B. Fonseca & J. Kent. 2000. Biodiversity 'hotspots' for conservation priorities. *Nature* 403: 853-845. *Pesquisas*, v. 22, p. 53-70. 1989.
- Pieve, S. 2007. Pesca artesanal, Etnobiologia e Etnoictiologia na Colônia São Pedro (Z3), Pelotas, RS. Monografia de curso em Biologia, UFPel.
- RADAMBRASIL, 1983. Projeto Radambrasil: levantamento de recursos naturais. IBGE, Rio de Janeiro.
- RAMOS, Mariana. A "comida da roca" ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquine (RS). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/ UFRS, 2007.
- Reitz, R.; Klein, R. M. 1996 Araucariceae: Flora Ilustrada Catarinense. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues. *Revista da Confederação Nacional da Indústria*. Fevereiro de 1995, Ano 27 - no. 287, p. 24.
- RIO GRANDE DO SUL Decreto Estadual nº 38.355. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 01.04.1998.

- RIO GRANDE DO SUL. Instrução Normativa 001/2006. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 08.11.2006.
- Santos, S.C. 1973 Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Ed. Edune. 312p.
- Silveira, T.C.L., Bassi, J., Terme, C. Coelho de Souza, G, Kubo, R.R. 2006 Fibras vegetais para artesanato. In: Reis, A; Siminski, A.. (Org.). PROBIO- Plantas para o futuro região sul, 2005, Porto Alegre. Plantas do Futuro, componente do Probio - Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, 2005. v. prelo.. Brasília: MMA/PROBIO.
- Silveira, T.C.L. 2007 Impacto do corte das macrófitas aquáticas *Schoenoplectus californicus* e *Typha domingensis* sobre a fauna de macroinvertebrados: subsídios para o extrativismo sustentável. Dissertação de Mestrado, PPG Ecologia, UFRGS.
- Thomé, N. 1995 Ciclo da madeira: História da devastação da Floresta de Araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira em Caçador e na Região do Contestado no século XX. Caçador: Universal. 212p.
- Thorstensen, V. A OMC e as Regras do Comercio Internacional. São Paulo: Ed. Aduaneiras. 2002
- Valentini, D.J. 2003 Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 3º ed. Caçador: Universidade do Contestado. 168p.
- Veloso, H.P, Rangel-Filho, A.L.R., Lima, J.C.A., 1991. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE, 123p.
- Veloso, H.P. & Klein, R.M., 1968. As comunidades e associações vegetais da mata pluvial do sul do Brasil VI. Agrupamentos arbóreos dos contra-fortes da Serra Geral situados ao sul da costa catarinense e ao norte da costa sul-riograndense. Sellowia 20: 127-180.
- Zylbersztajn, D. 2000 Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial. In: FAVANEVES, Marcos (org.). Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira. p. 1-21.